



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

**ANALFABETISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS: PERFIL DOS ANALFABETOS  
DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO**

**MARIA MADALENA PEREIRA SOARES**

PALMAS-TO  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

**MARIA MADALENA PEREIRA SOARES**

**ANALFABETISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS: PERFIL DOS ANALFABETOS  
DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção de título de licenciada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pedagogia, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Juciley S. Evangelista Freire.

PALMAS-TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S676a Soares, Maria Madalena Pereira .  
Analfabetismo e Desigualdades Sociais: Perfil Dos Analfabetos do  
Município De Palmas-TO. / Maria Madalena Pereira Soares . – Palmas, TO,  
2020.  
29 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Palmas - Curso de Pedagogia, 2020.  
Orientador: Juciley Evangelista Freire

1. O processo histórico do analfabetismo no Brasil e no Tocantins. 2.  
Perfil social, cultural e econômico das pessoas analfabetas do Município de  
Palmas – TO. 3. As condições de vida das pessoas analfabetas na cidade de  
Palmas TO; desafios, limites e possibilidades. 4. Considerações Finais. I.  
Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SOARES, Maria Madalena Pereira

**ANALFABETISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS: PERFIL DOS ANALFABETOS  
DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO**

O artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins Campus Universitário de Palmas/TO, Curso de Pedagogia, 2020 para obtenção de título de Pedagoga, aprovado em sua forma final pela orientadora: Juciley Evangelista Freire e pela banca examinadora: Maurício Reis Sousa do Nascimento e Walisson Mariano Carvalho Silva.

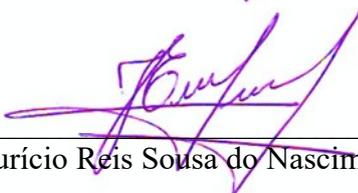
- 1.O processo Histórico do Analfabetismo no Brasil e no Tocantins
2. Perfil social, Cultural e econômico das pessoas analfabetas do Município de Palmas- TO
3. As condições de vida das pessoas analfabetas na cidade de Palmas -TO; Desafios, limites e possibilidades.

Data de Aprovação: 15/07/2020.

Banca Examinadora:



\_\_\_\_\_  
Professora doutora: Juciley Evangelista Freire – UFT - orientadora



\_\_\_\_\_  
Professor doutor: Maurício Reis Sousa do Nascimento – UFT



\_\_\_\_\_  
Professor Mestre: Walisson Mariano Carvalho Silva – UFT

Dedico este trabalho as minhas filhas  
Mariane e Mayana, gratidão sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo apoio e compreensão nos momentos que precisei me dedicar a escrita do artigo e durante minha jornada na Universidade.

À Deus por me inspirar, guiar e me ajudar a seguir com força e fé, para realizar meu sonho de me tornar Pedagoga.

À professora doutora Juciley Evangelista Freire, pela dedicação com que me orientou neste trabalho.

À todas as pessoas que colaboraram direto e indiretamente para que eu conseguisse chegar até o fim, meu coração segue grato a todos!

## RESUMO

O conceito de analfabeto, segundo o IBGE, está ligado à ideia de uma pessoa que não sabe ler e nem escrever “um bilhete simples”. No Brasil, conforme aponta Roza (2018) “o analfabetismo é uma questão histórica e está atrelado à expropriação do direito à educação ou à educação de qualidade” (ROZA, 2018, p. 2). O **objetivo geral** é Caracterizar o perfil socioeconômico e cultural das pessoas analfabetas do município de Palmas – TO. E os **Objetivos específicos são:** 1) Conhecer o processo histórico do analfabetismo no Brasil e no Tocantins; 2) Identificar os fatores socioeconômicos que levam à condição sociocultural das pessoas analfabetas no município de Palmas–TO; 3) Analisar o perfil social, cultural e econômico das pessoas analfabetas do município de Palmas – TO; bem como 4) Verificar as dificuldades enfrentadas pelos analfabetos em sua vida cotidiana na cidade de Palmas -TO. Foi realizada pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa por meio da revisão bibliográfica de textos e livros. O material coletado será analisado por meio de análise documental, fundamentado no referencial teórico que norteia esta pesquisa, na sequência, finaliza-se a discussão com algumas considerações sobre as restrições postas pela realidade dos sujeitos analfabetos.

**Palavras – chave:** analfabetismo. Desigualdade Social. O direito a escola. Perfil socioeconômico e cultural.

## ABSTRACT

The concept of illiterate, according to IBGE, is linked to the idea of a person who cannot read or write “a simple note”. In Brazil, as Roza (2018) points out, “illiteracy is a historical issue and is linked to the expropriation of the right to education or quality education” (ROZA, 2018, p. 2). The general objective is to characterize the socioeconomic and cultural profile of illiterate people in the city of Palmas – TO. And the specific Objectives are: 1) Know the historical process of illiteracy in Brazil and Tocantins; 2) Identify the socioeconomic factors that lead to the sociocultural condition of illiterate people in the city of Palmas-TO; 3) Analyze the social, cultural and economic profile of illiterate people in the city of Palmas – TO; as well as 4) Verify the difficulties faced by the illiterate in their daily life in the city of Palmas-TO. A qualitative bibliographic research was carried out through the bibliographic review of texts and books. The collected material will be analyzed through document analysis, based on the theoretical framework that guides this research, then, the discussion ends with some considerations about the restrictions posed by the reality of illiterate subjects.

Key words: illiteracy. Social inequality. The right to school. Socioeconomic and cultural profil

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. O PROCESSO HISTÓRICO DO ANALFABETISMO NO BRASIL E NO TOCANTINS .....</b>	<b>11</b>
<b>3. PERFIL SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO DAS PESSOAS ANALFABETAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS – TO .....</b>	<b>17</b>
<b>4. AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS ANALFABETAS NA CIDADE DE PALMAS TO; DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES .....</b>	<b>21</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>6. REFERENCIAL .....</b>	<b>26</b>

## 1. Introdução

O conceito de analfabeto, segundo o IBGE, está ligado à ideia de uma pessoa que não sabe ler e nem escrever “um bilhete simples”. Essa é uma compreensão estatística restrita de analfabetismo, uma vez que considera apenas o domínio mecânico do código linguístico. Além dessa forma de analfabetismo, considerada absoluta, há também os analfabetos funcionais, isto é, aquelas “pessoas que não conseguem utilizar o conhecimento da língua para se inserir nas práticas sociais de uso da leitura e da escrita” (NAOÉ, 2012, p. 2) e que tiveram poucos anos de estudo.

No Brasil, conforme aponta Roza (2018) “o analfabetismo é uma questão histórica e está atrelado à expropriação do direito à educação ou à educação de qualidade” (ROZA, 2018, p. 2). O Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos entre a população com mais de 15 anos, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Traz em sua base como herança o analfabetismo que vem desde o – Brasil Império, quando os analfabetos não exerciam o direito ao voto, com exceção aos analfabetos que possuíam bens e posses em seu poder.

O analfabetismo é um problema social que se arrasta na sociedade há décadas. Apesar dos esforços para combater ou amenizá-lo, ainda existem muitas pessoas fora da escola [...] a educação Brasileira foi sempre colocada em planos posteriores ao crescimento econômico e interesse das classes dominantes. (STRELHOW, 2010, p..50).

O direito de acesso à escola tem contribuído de maneira sucinta para a diminuição do analfabetismo, mas ainda está longe de alcançar todas as camadas sociais; sendo a escola a porta de entrada que possui mecanismos pedagógicos e tecnologias avançadas capazes de inserir os jovens e adultos no processo de aprendizado. Para tanto, nesse processo, se faz necessário que haja uma política eficiente para que os jovens e adultos se sintam motivados a estudarem e que lá no fundo do seu ser o que se espera é que haja *incentivos* que os motivem e os levem para a escola e que os façam permanecer nela.

As pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram o acesso à escola e não sabem ler e escrever um bilhete simples também vivenciam privações de ordem econômica, social, cultural e moral, pois geralmente não possuem emprego ou vivem na informalidade, ou no trabalho precarizado. Essa condição afeta diretamente a vida como um todo desse sujeito, conforme afirma ARENDT (2007): “a condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (p.7).

Em todo o caso, se o sujeito vive privado de seus direitos e os aceita como condição, certamente ficará condicionado a uma vida de privações vivendo sem ter garantido seus

direitos. Dessa forma não conseguem enxergar que existem outros meios e outras maneiras de melhorar a vida, e uma das condições para melhorar seria o acesso a uma educação de igualdade e de qualidade para todos.

É espantoso olhar para um jovem que não sabe ler e nem escrever em pleno século XXI, e mais espantoso ainda é deparar-se com um homem ou uma mulher de idade mediana que não sabem ler e escrever sequer o seu nome, estar no mundo significa fazer parte dele e fazer sua história. Mas porque o espanto? Paulo Freire (1996, p. 12) aponta que:

Estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem música, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideia de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 12).

Mas, quem falhou com esses jovens e adultos quando lhe negaram o direito sequer de conhecer a si mesmo através de uma educação igualitária que lhe fizesse compreender o seu lugar no mundo? Com que outros eles estão? Com a classe operaria? Com a classe letrada? Com a classe política? Não, estão na classe dos pobres oprimidos, sem teto, sem comida, sem roupas para vestir e com falta até de um calçado para que o filho vá para a escola porque sequer nem um emprego tem e depende das políticas públicas para viver minimamente.

O analfabetismo afeta todas as regiões brasileiras, mas de forma desigual as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de pessoas analfabetas. O analfabetismo na cidade de Palmas configura uma porcentagem de 10,2% a 15,3% de pessoas consideradas analfabetas absolutas, ou seja, que não sabem ler e nem escrever, segundo aponta o IBGE (2019).

Considerando essa realidade apresentada, surgiu o interesse de investigar sobre a realidade dessas pessoas em situação de analfabetismo na capital do estado do Tocantins, a partir da seguinte indagação: Qual o perfil socioeconômico e cultural das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais do município de Palmas-TO? Que dificuldades enfrentam em seu cotidiano devido a sua condição de analfabeto?

Partindo deste questionamento nosso **objetivo geral** é Caracterizar o perfil socioeconômico e cultural das pessoas analfabetas do município de Palmas – TO. E os **Objetivos específicos são:** 1) Conhecer o processo histórico do analfabetismo no Brasil e no Tocantins; 2) Identificar os fatores socioeconômicos que levam à condição sociocultural das pessoas analfabetas no município de Palmas–TO; 3) Analisar o perfil social, cultural e econômico das pessoas analfabetas do município de Palmas – TO; bem como 4) Verificar as dificuldades enfrentadas pelos analfabetos em sua vida cotidiana na cidade de Palmas-TO.

A finalidade da pesquisa é para descobrir como as pessoas que vivem as sombras do analfabetismo tocam suas vidas frente aos desafios cotidianos vivenciados por elas. Para o alcance destes objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa por meio da revisão bibliográfica de textos disponíveis em: dissertação de mestrado, Periódicos Nacionais e Internacionais, em livros já publicados e revistas publicados em anais de eventos. Também foi realizada pesquisa documental em busca de informações quantitativas sobre as condições sociais econômicas e culturais das pessoas analfabetas em Palmas em algumas bases de dados tais como IBGE, UNESCO, MDS, E INEP-CENSO ESCOLAR.

O material coletado será analisado por meio de análise documental, fundamentado no referencial teórico que norteia esta pesquisa, na sequência, finaliza-se a discussão com algumas considerações sobre as restrições postas pela realidade dos sujeitos analfabetos.

## **2. O Processo Histórico do Analfabetismo no Brasil e no Tocantins**

Esta pesquisa parte de uma inquietação a respeito das pessoas que vivem nas sombras do analfabetismo. Tendo em vista a relevância social da problematização, o perfil socioeconômico e cultural das pessoas analfabetas do município de Palmas – TO, desperta a curiosidade de saber como essas pessoas vivem, quem são, qual seu gênero, idade, perfil étnico-racial e história de vida.

No período colonial a educação brasileira era restrita a uma pequena parcela da população. Como afirma Strelhow (2010, p.51) “a identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas”; a classe mais vulnerável da população, negros e indígenas, enfrentava um processo de exclusão social em decorrência de vários fatores que apontam restrições ao acesso à educação. Do Império à República podemos perceber que a educação brasileira tinha um cunho específico direcionado às crianças, principalmente as crianças “indígenas” que foram submetidas a uma intensa ação cultural e educacional. A companhia missionária de Jesus tinha uma função básica que era de catequizar, uma iniciação a fé, e alfabetizar em língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia Brasileira. De acordo com Strelhow (2010) com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso, e fica sob a responsabilidade do império a organização e emprego da educação, a identidade passa a ser marcada pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas.

A partir de 1824, o Império procurou dar um significado mais amplo a educação, mas a lei só ficou no papel, houve uma grande discussão pelo governo do império para elaborar um meio de como inserir as camadas pobres homens e mulheres, pobres livres, negros e negras, e escravos livres no processo formativo de educação. A educação de jovens e adultos

era carregada de um princípio missionário e caridoso. E assim segue todo um contexto histórico que marcou a educação no Brasil (STRELHOW, 2010).

“[...] o aumento quantitativo continua sendo anulado pela deficiência qualitativa, pois a escola não formula sua organização, conteúdos e métodos para atender às necessidades da clientela das classes populares. As taxas de analfabetismo estão associadas ao atendimento dado pelo ensino regular básico e constituem um problema que se acumula historicamente (GATTI, SILVA e ESPÓSITO, 1990). Nessa trajetória histórica, houve uma expansão no ensino público a partir dos anos 1950, estendendo-se pelos anos 60, mas decaindo por haver deficiência no ensino básico como: metodologia de ensino, estrutura física, sala de aula adequada para os alunos estudarem, professores qualificados para ensinar, e baixo salário pago aos professores.

O II Congresso de Educação de Adultos em 1958 trouxe reflexões por parte dos educadores, pois o objetivo era de debater a política, a cultura e a identidade nacional frente a falta de instrução de uma boa parcela da população, a falta de instrução acarretava o atraso do país em relação a educação, era preciso a elaboração e inovação nas ideias pedagógicas para inovar na educação. Gatti, Silva e Espósito (1990) ressaltam ainda o grande desafio que se apresenta ao Brasil na década de 1980, sobre a repetência desenfreada nas primeiras séries, situação que já se arrastava nos anos anteriores, pois apesar do grande número de matrículas nas séries iniciais, não havia uma metodologia para ensinar, com isso muitos desistiam da escola.

Esse breve relato do cenário da exclusão educacional no Brasil revela as causas do grande número de analfabetos existentes no país e, sob essa ótica, fixou-se o olhar para investigar a história do analfabetismo no Brasil e em Palmas-TO.

O analfabetismo se estende num contexto histórico, vindo de um passado que fixou raízes na sociedade que, vestida de preconceito não se ajustou na contemporaneidade, o passado faz questão de permanecer mesmo com as conquistas da educação até o momento, tornando visível o analfabetismo e as desigualdades sociais, permanecendo a pobreza no campo da instrução, forjando assim, condições precárias de vida a qual percebem-se nos sujeitos visivelmente desiguais. Para tanto, o lugar do analfabeto na sociedade sempre foi lhedado às margens, sendo as políticas educacionais ineficientes para alcançar a todos esses sujeitos, sendo eles os mais afetados atualmente.

O analfabetismo não é um produto de hoje; é um produto descapitalizado na história, e por não haver interesse político nos aspectos que tange investimento econômico no aumento dos repasses do FNDE e FUNDEB para realizar uma política eficaz no combate ao analfabetismo, a evidencia da disparidade que desponta a desigualdade como herança social,

excluí os sujeitos e os coloca as margens da sociedade. A falta de investimento econômico nas políticas públicas para a educação, atinge diretamente os sujeitos pobres, negros, indígenas, quilombolas, sujeitos que passam fome, vivem de subemprego que não possuem sequer o nível de instrução e qualificação técnica para ocupar uma vaga no mercado de trabalho.

É doloroso constatar que, no Brasil, 35% dos analfabetos já frequentaram a escola. As razões para o fracasso do País na alfabetização de seus jovens são várias: escola de baixa qualidade, em especial nas regiões mais pobres do País e nos bairros mais pobres das grandes cidades; trabalho precoce; baixa escolarização dos pais; despreparo da rede de ensino para lidar com essa população. O mais preocupante é que, a despeito dos avanços conquistados, ainda observamos o baixo desempenho dos sistemas de ensino, caracterizado pelas baixas taxas de sucesso escolar (INEP, 2020, p. 2).

Historicamente, essa realidade ocorre por vários motivos: falta de recursos econômicos para o investimento na educação, professores preparados e bem remunerados, política pública ineficiente a falta de metodologias para incentivar o desenvolvimento de competências e o estímulo das habilidades dos jovens e adultos. Em todo caso, o sujeito que precise trabalhar para se manter e ajudar a família, se não houver um atrativo ou mudança no ensino, ele vai permanecer fora da escola e continuar trabalhando.

Conhecer o processo histórico do analfabetismo no Brasil e no Tocantins permite fazer uma análise da realidade a qual enfrentou e ainda vem enfrentando a educação brasileira. A falta de motivação para continuar os estudos, percebe-se no sujeito um ser inacabado. Conforme Freire (1996, p. 25) “é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados”. A consciência de que precisam ser educados está associada a um sujeito que reconhece na educação uma ferramenta de transformação social a qual precisam compreender esse processo para que saiam da ignorância e se tornem sujeito de si e do mundo. As políticas educacionais de governo são falhas, pois se o sujeito não compreende a gravidade de como é viver sem instrução, então, o governo passa a ser passivo diante da realidade.

A realidade brasileira no que concerne às desigualdades educacionais é a seguinte:

Em 1.796 municípios, a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas, ou seja, estão na condição de analfabetos funcionais. Dos 5.507 municípios brasileiros apenas 19 asseguram à sua população uma escolarização média que corresponda ao ensino fundamental completo (oito séries concluídas) (INEP, 2020).

O analfabetismo, portanto, é uma realidade de grandes proporções em grande parte do país e atinge todas as faixas etárias de idade e cada vez que uma criança, jovem ou adulto não consegue se afirmar enquanto sujeito portador de direitos, ele está fadado a se tornar um

sujeito quebrado e um produto da exclusão social, fruto da escola incapaz de ofertar a seus sujeitos uma educação igualitária de qualidade social para todos.

Educação de qualidade é aquela que dá acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade no campo das ciências, da tecnologia, das artes, da música, da educação física dentre outros aprendizados, em ambientes escolares equipados com os recursos necessários e com professores qualificados, como de acordo com o INEP (2020, p. 9), “tendo o Brasil, como marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo”. O combate ao analfabetismo se tornou um grande desafio para a educação no Brasil, amenizar esse problema social, que vem crescendo em algumas regiões e diminuindo em outras, requer projetos políticos pedagógicos eficientes como ferramenta de combate, de transformação social e liberdade que comungue com a luta concreta daqueles que querem ver suas vidas transformadas pela educação, como afirma Freire 1967:

A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por liberta-se. Isso significa os milhões de oprimidos do Brasil semelhantes, em muitos aspectos, a todos os dominados do terceiro mundo (1967, p. 8).

Não podemos tapar os olhos com uma peneira para não enxergarmos a realidade exposta à nossa frente, compreende-se que não tem como justificar o analfabetismo existente no interior da sociedade. O analfabetismo é um produto invisível, visto que ele passa despercebido pela sociedade, e a grande tarefa da educação é permitir a esses sujeitos ao menos a chance de conhecer a si mesmo.

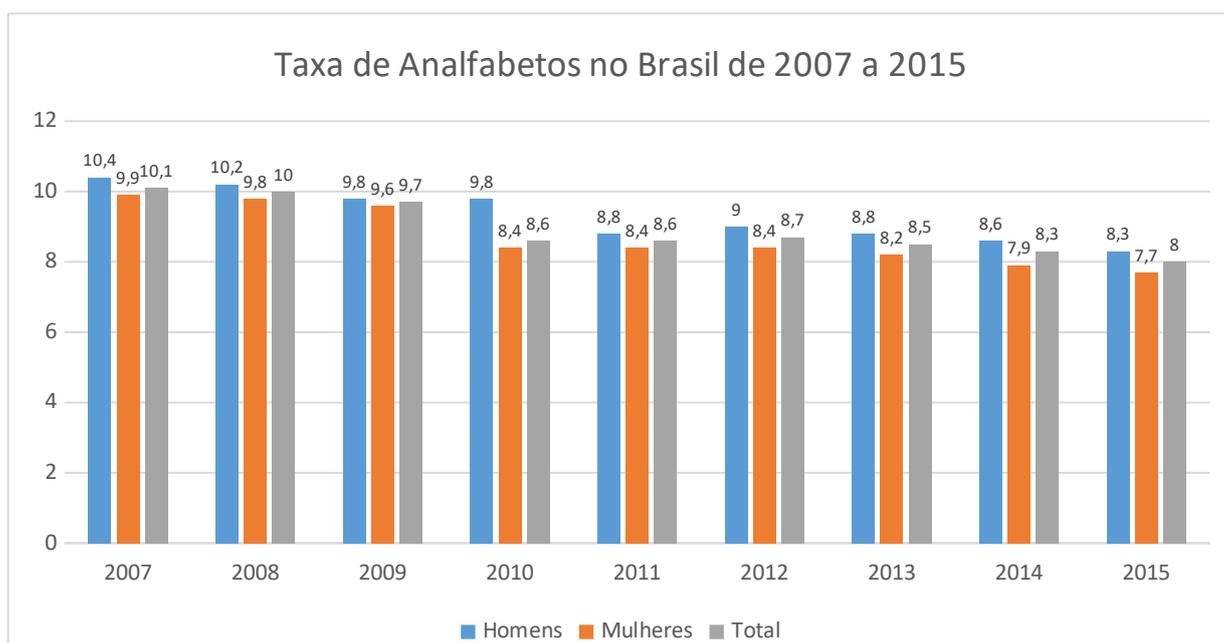
Para o MEC (2020), o número de pessoas analfabetas na faixa etária de 15 anos tem diminuído, o analfabetismo de jovens e adultos vem sendo reduzido no Brasil — passou de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Essa redução é ainda mais intensa no Norte e Nordeste, onde estão localizados os maiores índices de analfabetismo do país. Na faixa de 15 a 19 anos, a Pnad de 2012 registra taxa de analfabetismo de 1,2%, muito inferior à média geral, o que demonstra a efetividade das políticas em curso para a educação básica (MEC, 2020, p. 1). Apesar de os esforços para amenizar o analfabetismo entre os jovens de 15 anos, ainda será preciso fazer mais investimentos na educação.

A eficácia das políticas econômicas no combate ao analfabetismo é de suma importância para que o sujeito de 15 anos ou mais se sinta motivado a voltar para a escola, que dialogicamente ele encontre na escola perspectiva de transformação social capaz de

incentivá-lo a permanecer, assim, amenizar as desigualdades tão evidentes e que deixaram marcas nítidas em toda a sua vida.

O Brasil reduziu em 4,3 pontos percentuais o número de analfabetos de 2001 a 2014. É o que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais foi estimada em 8,3%, o que significa, de acordo com o IBGE, 2,5 milhões de pessoas analfabetas a menos, em relação a 2001.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade entre homens e mulheres tem caído no Brasil segundo aponta o IBGE (2007-2015)



Segundo o MEC (2020), ao longo da última década, o Ministério da Educação construiu uma política sistêmica de enfrentamento do analfabetismo. Dentre as políticas está o programa Brasil Alfabetizado que é uma ação do governo federal desenvolvida em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios na tentativa de diminuir os números do analfabetismo no Brasil (MEC, 2020, p. 1) Para Naoé (2012) em entrevista a professora Colello, para o IBGE:

Erradicar o analfabetismo é uma meta válida, mas que traz consigo outro fantasma maior ainda, o da exclusão social, ligado a aspectos como a democratização dos bens culturais, o acesso à cultura, justiça, moradia e trabalho. Reduzir os índices de analfabetismo até sua erradicação total é um compromisso assumido pelo Brasil em diversas ocasiões e documentos. O “fim” do analfabetismo em números, no entanto, pode não significar, em termos reais, uma mudança efetiva. O Brasil pode até cumprir essas metas de alfabetização, mas esses números nunca vão representar a real situação da exclusão educacional e do analfabetismo no país (p.1).

No contexto da criação do estado do Tocantins, o total de analfabetos de 15 anos ou mais passava dos 164.000 mil em 1980 e em 1991 aumentou para 168.496, elevando a uma taxa de crescimento de 0,22%, enquanto a população de analfabetos na zona urbana era de pouco mais de 45 mil em 1980, em 1991 passava dos 72 mil, elevando uma taxa de 4,31% no aumento de pessoas analfabetas. A taxa de analfabetismo na zona Rural nos anos 1980 passava dos 118 mil em 1991, essa taxa teve uma redução, decaindo para 95.592 mil analfabetos a menos, o que corresponde a uma taxa de -1,95%, conforme pode-se observar na tabela 2 abaixo:

**Tabela 2** – População analfabeta de 15 anos ou mais e taxa de crescimento, segundo a situação do domicílio 1980-1991, Tocantins.

Situação do Domicílio	População Analfabeta		Taxa de Crescimento
	1980	1991	
<b>Total</b>	164.521	168.496	0.22%
<b>Urbana</b>	45.815	72.904	4.31%
<b>Rural</b>	118.796	95.592	-1.95%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de População. Censos Demográficos.

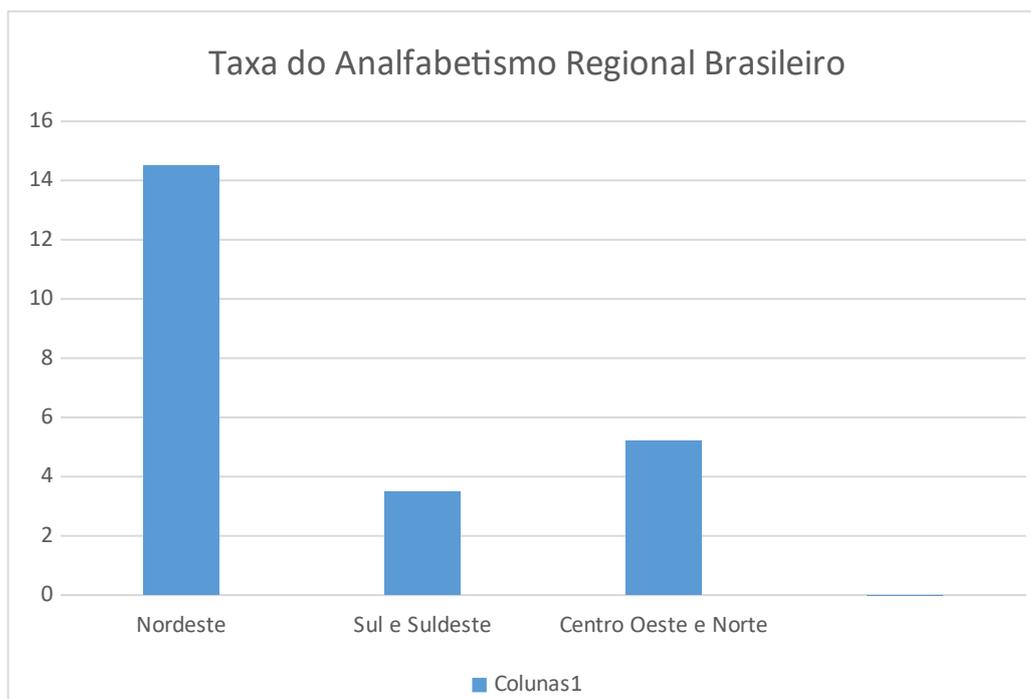
Esse aumento, no geral, pode ser explicado devido ao grande fluxo migratório de pessoas oriundas de diversas regiões do país, sobretudo do norte e nordeste (Pará e Maranhão), em busca de oportunidades de trabalho com a criação do novo estado da federação. O fato de aumentar na zona urbana e diminuir na zona rural pode ter haver com o êxodo rural que decorreu do processo de criação da capital, que tornou-se destino de muitas famílias camponesas em busca de trabalho e escola para seus filhos. Como ressalta a pesquisa do IBGE Censo Demográfico de 1991:

O ritmo de crescimento da população na área urbana, no período 80-91 foi 6,53% e na área rural evidenciou-se perda de população, com taxa de -1,22%. Conforme ocorreu em outros estados brasileiros, Tocantins experimentou declínio da fecundidade na década de 80 (IBGE CENSO DEMOGRÁFICO, 1991, p. 8).

O relatório da ONU (2017) aponta que a baixa alfabetização afeta 758 milhões de pessoas no mundo, dos quais 115 milhões tem idade de 15 a 24 anos. O Brasil tem 13 milhões de analfabetos de pessoas que não sabe ler e nem escrever, o que demonstra o nível de desigualdade da nossa sociedade. 139 países se prontificaram a participar da pesquisa da (ONU), 65% dessas nações apontaram a falta de alfabetização como principal fator que impede a aprendizagem e a educação de jovens e adultos.

O abismo regional ainda é grande, principalmente no Nordeste, que registrou a maior taxa entre as regiões, 14,5%. As menores foram no Sul e Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente. Já no

Tocantins o número de pessoas analfabetas de idade entre 15 anos ou mais chegou a 6,30% no ano de 2000 e 3,8% no ano de 2010 (CENSO, 2010). Em Palmas o índice chega a 3,74%. Em 2000, era 5,82% e em 1991 o índice era de 17,41%. Os dados pesquisados variam de acordo com a data e ano de pesquisa conforme os censos. Podendo oxilar ou diminuir o aumento dos números. A pesquisa aponta que o analfabetismo é uma realidade exposta no Brasil e consequentemente no Estado do Tocantins e na cidade de Palmas.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados retirados do IBGE, Diretoria de pesquisa. Departamento de população Censo Demográfico, 2020.

### 3. Perfil Social, Cultural e Econômico das Pessoas Analfabetas do Município De Palmas – TO

Por se tratar de uma cidade em construção e sem estrutura na época, em 1989, as pessoas gastavam o tempo trabalhando para erguer a cidade de Palmas, neste período a força de trabalho não exigia qualificação como os dias atuais, só precisa ter disposição e a vontade de aprender, aprender ali na prática. [...] A infraestrutura urbana ainda em construção não estava preparada para receber determinados quantitativos de pessoas, no entanto, segundo Kran e Ferreira (2006, p. 3, 5) “o processo de ocupação urbana de Palmas refletiu fortemente na qualidade de vida de seus moradores, que passou a ser motivo de discussão sob vários enfoques: ambiental, econômico, sociocultural e educacional”. Neste contexto, os problemas educacionais e sociais estavam em evidencia, pois não havia escola para que as crianças retomassem seus estudos e consequentemente ocasionando atraso na aprendizagem das crianças em idade escolar. Geograficamente Palmas acolheu as famílias vindo de todos os

Estados Brasileiros, de acordo com Gonçalves “Palmas [...] como capital de um novo estado, também tem sido local de destino de muita gente” (GONÇALVES, 2001, p. 4) A construção civil, o setor de serviços e o mercado informal absorvem parte do contingente que busca uma vida melhor e com eles os problemas sociais existentes, visto que as pessoas mudam de cidade ou Estado em busca de melhores condições de vida, transferindo assim os problemas que acarreta o estado econômico no qual o sujeito se encontra. As famílias estavam em busca de melhores condições de vida, e viram na cidade de Palmas uma nova chance para recomeçar.

O Brasil sempre evidenciou o status de pobreza e pobreza extrema. Esse índice se estende nos Estados Brasileiros e Capitais, visto que as pessoas imigram geograficamente de um lugar para outro. Como diz o EL PAÍS (2019) a extrema pobreza no Brasil já soma 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com 145 reais mensais. De 2014 para cá 4, 5 milhões de pessoas caíram para a extrema pobreza. A alta do desemprego, os programas sociais mais enxutos e a falta de reajuste nos programas sociais como Bolsa Família aumenta o fosso dos mais pobres. Esse índice atinge com mais evidencia os Estados Norte e Nordeste do Brasil, os que mais sofrem são a população preta e parda sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Os fatores socioeconômicos que levam a condição sociocultural das pessoas analfabetas são variáveis, para tanto, fatores como: limitação econômica, renda, condições de moradia precárias, a falta de emprego, transporte, desempenho escolar, desigualdade social, discriminação de raça ou cor são fatores que influênciam nas condições socioculturais das pessoas no Brasil, em Palmas não é diferente, como aponta o IBGE:

A renda é um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos. Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres tinham abandonado a escola sem concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior que o dos jovens mais ricos (1,4%). No país, cerca de 737 mil pessoas nessa faixa de idade estavam nessa situação no ano passado (IBGE, 2018).

O perfil socioeconômico que caracteriza as condições socioculturais das pessoas e das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, se estende por Palmas e todas as regiões do país. A relação da educação com a formação profissional tem forte contribuição na orientação das pessoas que vivem marginalizados socialmente, caso o governo criasse um programa como contrapartida para que efetivas mudanças acontecesse na vida delas, o cenário da evasão escolar e da pobreza poderia diminuir. A instrução que precisa partir da<sup>1</sup> iniciativa

---

1“O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais”. “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (BOURDIEU, 2012, p.

pública e do próprio sujeito, tem o cunho de formação e orientação como condição essencial para que minimize essa realidade em Palmas. Para que o sujeito saia da condição de pobreza, o poder público precisaria dar subsídios a ele. A educação é uma ferramenta de transformação social, que aplicada junto as políticas públicas pode incentivar o sujeito a querer sair da condição de sujeito sem instrução e oportunizar a ele ser instruído no processo de formação, assim, angariar uma porta no mercado de trabalho.

A maioria das pessoas vivem realidades distintas em Palmas, muitas famílias vivem do subemprego, vendedor ambulante e de programas sociais como bolsa família, ou não possuem nenhum tipo de renda, como afirma [...] a pesquisa de Oliveira e Gama “60% das mulheres entrevistadas [...] afirmaram não ter emprego formal ou não exercer nenhuma atividade remunerada, sendo que 73% não têm outra fonte de renda a não ser o benefício do Governo Federal”. (OLIVEIRA & GAMA, 2014, p. 6). O estudo afirma ainda, que 75% das entrevistadas são mulheres, a maioria com idade entre 17 e 28 anos, de cor preta ou parda. Mulheres jovens com um número de filhos superiores a média nacional, a maioria não sabem ler e nem escrever. Uma das condições do programa Bolsa Família é que as crianças estejam na escola, mesmo assim, a pesquisa confirma que as crianças não tinham um bom rendimento escolar, 78% dos entrevistados afirmaram gastar o dinheiro que recebiam do programa com alimentação, já outros 28% com vestuário. Os entrevistados não participam ativamente da vida política e 90% não tem acesso a bens culturais (OLIVEIRA & GAMA, 2012).

Os grupos inseridos nesta percepção da pobreza, são famílias numerosas residindo no interior da sociedade da Capital Palmas, nos bairros periféricos, estigmatizados por viverem em condições subalternas, sem perspectivas socioeconômicas e sociocultural, como afirma Aizza:

Tais perspectivas fecundas no século XVIII são comumente expressadas na contemporaneidade, resumindo o fenômeno da pobreza a uma questão individual como incapacidade do indivíduo em se inserir no mercado de trabalho ou ainda, inepto em conter seus impulsos, a resultante desses eventos são famílias numerosas e incapazes de romper o ciclo intergeracional da pobreza, ou ainda, indivíduos acomodados à espera que o Estado resolva seus problemas. (AIZZA, 2013, p. 24).

As pessoas estigmatizadas por viverem na pobreza, também sofrem violência simbólica por parte do Estado, pois as condições nas quais se encontram as mantém sem um ideal de futuro em relação a resignificação da vida como afirma Santos em Pierre que diz: “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (SANTOS, 2015, p. 2) a omissão do estado em

permanecer neutro em relação as situações de vulnerabilidade que se colocam os sujeitos, faz com que aumente a opressão dos mesmos. As políticas públicas não fazem políticas para tirar essas pessoas da pobreza, dão serviços paliativos. Em Palmas, existem os Centros de Referencias de Assistência Social (CRAS) que fazem os atendimentos das famílias que vivem em situação de privação de direito e vulnerabilidade social, e as assistem com cestas básicas e informações de serviços essenciais como emissão da carteira do idoso e do Id jovem, inclusão no cadastro único, e atendimento técnico que se encarrega de fazer os atendimentos e encaminhamentos para os equipamentos da rede, mesmo assim, os serviços não supre as necessidades das famílias por se tratar de políticas assistenciais.

Muitos sujeitos que perderam o emprego ou não possui nenhum, acabam optando por investir o pouco recurso, quando tem, e empregar em produtos para vender, como espetinho, água, suco, doces, lanches, bolo, pizza e geladinho. Saem vendendo na porta dos comércios, com o objetivo de fazer o dinheiro render. Essa é realidade das famílias de baixa renda que moram em Palmas, que não tem como se manter e manter a família, há casos em que os materiais ainda são apreendidos pelos fiscais da prefeitura como diz o coletivo:

[...]Dona Raimunda ganha a vida vendendo salgados, bolo e café em um local próximo ao Hospital Geral de Palmas (HGP) e se sustenta com cerca de um salário-mínimo por mês. Com o dinheiro paga aluguel, água, energia e gastos com medicação para diabete, colesterol e pressão. Mas com apreensão de seus produtos e materiais pela fiscalização da prefeitura ela não sabe como vai se manter (O COLETIVO, 2019, p. 1).

A realidade dos sujeitos analfabetos ou com pouca instrução, afeta o desenvolvimento socioeconômico e conseqüentemente a realidade sociocultural dos mesmos, colocando-os assim, numa condição de desvantagem em relação aos sujeitos que possuem emprego e renda. Em Palmas, o “nível de instrução da população de 15 anos ou mais de idade em 2010, era de 26,2% entre os que figuram sem instrução ou ensino fundamental incompleto” (DIAGNÓSTICO Intersetorial, p.19, 2010). E quem vivem essa condição em Palmas, sofre por não conhecer quais são os seus direitos, em todo o caso acabam aceitando o que o poder público oferta, no entanto, no atlas de desenvolvimento humano do Brasil Palmas, a situação é a seguinte:

População economicamente desocupada era de 6, 1% em 2010, pessoas com idade de 15 a 24 anos que não estuda, não trabalha e são vulneráveis na população dessa faixa chega a 10, 57% no ano de 2000, e 5, 50% em 2010. O número de pessoas vulnerável a pobreza em relação ao trabalho e renda 1991, 63, 69%, em 2000, 43, 04% e em 2010, 21,70%. Em 2010 o número de pessoas que viviam em situação de pobreza era de 7, 97% e de pobreza extrema era de 1,79%. (2010, p. 10, 11, 15).

As pessoas não trabalham ou vivem essa condição porque querem viver assim, a pobreza gera condições desfavoráveis em relação a educação, ao emprego, a instrução e a situação socioeconômica colando-as em situação sociocultural difícil. A inclusão e a justiça social ainda estão longe de alcançar todos os sujeitos, e as políticas públicas ainda são incompatíveis com o desenvolvimento humano, como diz o MDS:

Durante muito tempo o Brasil viveu a dicotomia: desenvolvimento econômico versus políticas de inclusão e justiça social. Como se o desenvolvimento econômico fosse incompatível com as políticas de distribuição de renda e de melhoria efetiva das condições de vida dos conjuntos mais empobrecidos da população. E como se as políticas de combate às desigualdades sociais estivessem condenadas a um eterno assistencialismo, dissociado da vida produtiva do país. Por muito tempo a sociedade brasileira viveu esse mito desagregador. O país cresceu muito no século XX, mas não garantiu a sustentabilidade social e ambiental desse crescimento exatamente porque não integrou os pobres nesse desenvolvimento. Não garantiu, portanto, a inclusão dos pobres. (MDS, 2010, p.6).

Compreende-se dessa forma que o país cresceu e a cidade de Palmas acompanhou o ritmo, porém a classe economicamente mais fraca da população não evoluiu junto com esse crescimento econômico. Dessa forma as pessoas que não conseguem se afirmar enquanto sujeitos portadores de direitos, permanecerão vivendo nas margens da sociedade em condições precárias de vida. E para que todos tenham desenvolvimento humano, é preciso que sejam efetivados os direitos como exposto no texto do artigo 6º da Constituição Federal de 1988 que afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Artigo 6º CF 1988). O desenvolvimento se dá na afirmação do outro, na criação de política pública para o crescimento e desenvolvimento do ser humano e da sociedade em si. Para tanto, a justiça social se realiza na prática no que tange reconhecer e afirmar o acesso às condições de subsistência dos sujeitos excluídos socialmente.

#### **4. As condições de vida das pessoas analfabetas na cidade de Palmas – TO: desafios, limites e possibilidades**

Segundo Pereira (2006 *apud* ALCOCK 1997), existem duas correntes principais que explicam as causas da pobreza, a primeira está relacionada com as causas patológicas, que seria a fraqueza, vícios e problemas psicológicos dos pobres. A segunda corrente defende causas estruturais e encara a pobreza como sendo fruto das forças sociais, nesta perspectiva segunda a autora, a pobreza persiste mesmo com a existência de políticas públicas para combatê-la,

apontando ainda que a falha está nos agentes formuladores de políticas ou no sistema econômico que regula a sociedade (PEREIRA 2006 *apud* ALCOCK 1997, p. 9).

Os sujeitos não são pobres por escolha própria, não são analfabetos por escolha própria, existem fatores sociais que despontam e os empurram para a beira do abismo. Os desafios enfrentados pelos sujeitos que vivem na pobreza coloca-os em situações precárias de vida. Um sujeito analfabeto ou com pouca instrução sofre todos os tipos de preconceito na sociedade, em Palmas milhares de famílias vivem na linha da pobreza, na pobreza e pobreza extrema sobrevivendo em condições mínimas de vida a exemplo de quem espera há muito tempo para receber uma casa no programa habitacional do governo ou da prefeitura, para quem não tem nenhuma casa a demora é crucial, como frisa o G1 Tocantins:

A demora deixa as pessoas em situações difíceis. Maísa Ramos e os cinco filhos vivem de favor em uma kitnet no setor Jardim Aurenys IV. Ela está inscrita em programas de habitação da prefeitura e do estado e há cinco anos aguarda a realização do sonho de viver no próprio lar. Desempregada, a dona de casa teve a água e a luz cortadas há sete dias porque não tem como pagar todas as contas. “A gente vai arrumando unha, arruma o cabelo, pega uma diária, limpa um quintal. E assim a gente vai sobrevivendo. Não é fácil” (G1 TOCANTINS, 2020, p. 1).

No cotidiano os sujeitos se reinventam para sobreviver. Então, fazem bico, escovam o cabelo de clientes, fazem unhas, fazem diárias e desta forma ganham a vida. Em Palmas as mazelas sociais está exposta por toda a cidade, os bairros mais afastados do centro excepcionalmente aqueles em que os sujeitos foram contemplados com a moradia do governo, externa essa realidade com mais visibilidade. Se pararmos para dar uma volta em torno desses bairros, podemos observar que as situações precárias de vida, coloca os sujeitos em planos posteriores ao desenvolvimento da cidade, a maioria dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social estão nos bairros como Taquari, Aurenys, 1303 Sul, Taquaruçu, dentre outros bairros da capital, vivendo em situações de moradia e de vida desfavorável.

A maioria dos sujeitos que *a priori* vivem sem renda são mulheres, para tanto, como explica o projeto mulheres mil “em Palmas, 23,4% das mulheres respondem pelo sustento de seus lares” (Projeto Mulheres Mil, 2006 2008). Os sujeitos buscam novas perspectivas de vida e ampliar os horizontes em relação a qualificação profissional para o mercado de trabalho, pode ajudá-los a sair da situação desfavorável e colocá-los em condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho, que é o caso do projeto Mulheres Mil, que faz o trabalho de capacitação para mulheres em desfavorável situação de pobreza e vulnerabilidade social em Palmas. A qualificação técnica e o currículo profissional se tornam um desafio na hora de conquistar uma vaga no mercado de trabalho, o que seria uma possibilidade para aqueles que almejam um emprego para melhorar a vida, segundo Cavalcante:

No ano de 2008, as 10 vagas mais disponibilizadas no Sine e não preenchidas foram nas áreas de vendas; administrativa, que são secretárias, auxiliares administrativos, recepcionistas entre outros; construção civil, com pedreiros serventes de obra e armadores de ferro e, ainda, a área de limpeza, conservação e serviços domésticos (CAVALCANTE, 2009, p. 1).

As pessoas de baixa renda, sem emprego e que possuem pouca ou nenhuma instrução tende a enfrentar desafios e lutas diárias para sobreviver no cotidiano da cidade de Palmas, diante de uma vida de incertezas, é desafiador viver no limite e ao mesmo tempo enfrentar possibilidades em meio ao caos, e quando não se tem um emprego fixo o jeito é se reinventar, porque a vida não espera ela acontece, e é preciso bravura e confiança para enfrentar o medo, a dor da fome, da falta de moradia e de emprego. Nesta hora, o que resta é acreditar nos homens e ter perspectivas que dialogicamente as políticas públicas darão um salto no que se refere a real concretude na aplicabilidade dos recursos econômicos, e assim amenizar a distância entre ricos e os sujeitos de classe economicamente desfavorecidos. No Tocantins em 2019 existiam mais de 100 Mil pessoas vivendo os desafios da pobreza, segundo o G1 Tocantins:

A Jaira Gomes, de 23 anos, está desempregada, tem dois filhos e está grávida do terceiro. Ela vive em um barraco na Capadócia, setor não regularizado na região sul de Palmas. A moradia é toda feita com madeiras encontradas na rua. O teto é coberto com uma lona (G1 TOCANTINS, 2019, p. 1).

Para uma pessoa que não sabe ler e nem escrever, é como se ela não existisse, segue a vida sendo levada por outros. No entanto, para se afirmar enquanto pessoa terá que encarar muitos desafios, pois as condições desfavoráveis de sobrevivência obriga-os a viverem com menos de 2,00 reais por dia, segundo afirma o (G1TOCANTINS, 2019, p. 3) além de se habituarem em moradias que coloca em risco a vida e a dignidade humana.

Subjetivamente os estudos confirmam que cada vez mais estamos caminhando para um grande desafio que é de alfabetizar as pessoas sem instrução ou pouca instrução, quando falamos da taxa de pessoas analfabetas, pobreza e condições de sobrevivência dos sujeitos que vivem em condições mínimas de sobrevivência, estamos falando da precariedade dos serviços, pois para ter o acesso aos bens econômicos, a saúde, alimentação e educação encontram muitos desafios pela frente, fazendo com que se adaptem ao meio, dessa forma acaba se tornando uma condição de vida, como diz Arendt 2007:

O que quer que toque a vida humana ou entre em duradora relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isso que os homens independente do que façam são sempre seres condicionados (ARENDR, 2007, p. 7).

A relação do analfabetismo e pobreza são complexas, nessa perspectiva cabe a cada um buscar para si as melhores condições de vida dentro de suas capacidades laborais e psicológicas, labutando para se inserir no mercado de trabalho ou se escrevendo para uma qualificação técnica profissional. Viver na condição de analfabeto é desafiador, mas com esforço político e pessoal é possível reduzir o analfabetismo e conseqüentemente a pobreza no Brasil e em Palmas. Configurar novas identidades através dos estudos se tornou uma necessidade na contemporaneidade, os relatos de experiências expostos por Bavier (*apud* LIMA, 2004), traz histórias como a de dona Ivanilde Andrade de 41 anos, que encontrou na escola uma nova razão de vida após se sentir discriminada por não saber assinar o nome. Resolveu estudar após ter passado por dois casamentos e ser mãe de 16 filhos, ia a escola apenas para fazer a matrícula dos filhos e nas reuniões de pais, era a última a sair da sala para que os outros não a vissem assinando o nome com o dedo, decidida a não mais viver nas sombras alheias, com a ajuda do filho aprendeu a desenhar o nome e se matriculou no programa ABC da cidadania em Palmas. Assim como a história de dona Ivanilde, dona Pepê, nasceu no interior do Maranhão, longe da escola e desde cedo trabalha quebrando coco de Babaçu para se sustenta e ajudar os pais e sonhando com uma vida menos sofrida (BAVIER *apud* LIMA 2004, p. 1, 2, 3).

Aprender a ler e escrever se torna um sonho para quem não sabe assinar o próprio nome, na condição de analfabeto, o sujeito se sente culpado por não estar inserido na cultura letrada a qual ele tem o direito, e por razões que não pode esperar a exemplo da fome, se veem acuados e sua única opção é pegar afinco no trabalho informal para garantir a sobrevivência. Em Palmas segundo o Atlas de Desenvolvimento humano no Brasil (2010, p. 9) a renda per capita média de Palmas cresceu 143,53% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 446,49, em 1991, para R\$ 714,58, em 2000, e para R\$ 1.087,35, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,80%. Os fatores como a cor da pele e grau de instrução influencia na hora de contratar para o mercado de trabalho, os homens brancos ganham mais que homens pretos e pardos. Os sujeitos de baixa renda ou que não possuem emprego formal que vivem na cidade de Palmas, sobrevivem com apenas um salário-mínimo ou menos de um salário-mínimo de acordo com a pesquisa do AF Notícias:

Em 2016, os trabalhadores pretos recebiam R\$ 722 a menos que os brancos, já os pardos R\$ 696 a menos. Em 2017, a diferença era de R\$ 842 e R\$ 692, respectivamente. As pessoas que não possuíam instrução apresentaram o menor rendimento médio (R\$ 935). Por outro lado, o rendimento das pessoas com ensino fundamental incompleto ou equivalente foi R\$ 249 maior, chegando a R\$ 1.184. Essa categoria superou até o rendimento das pessoas com ensino médio incompleto (R\$ 1.168) e também daquelas com ensino fundamental completo (R\$ 1.074). Os trabalhadores brancos tocantinenses totalizavam 137 mil em 2018 e recebiam em média, mensalmente, R\$ 2.719, enquanto pretos eram 87 mil e pardos 383 mil e tinham rendimentos médios de R\$ 1.729 e R\$ 1.648, respectivamente (AF

NOTÍCIAS apud IBGE, 2019, p. 1, 2).

As pesquisas apontam que existem diferença na hora de contratar um sujeito para o mercado de trabalho, os valores de salários pagos aos mesmos sofrem alteração de acordo com o grau de instrução e cor da pele. No entanto, as perspectivas de trabalho formal são poucas para esse grupo de sujeitos, em todo o caso, a opção se torna o mercado informal.

## **5. Considerações Finais**

As políticas públicas têm sido ineficientes na redução do analfabetismo e da pobreza, apesar dos esforços empreendidos pelos governos populares democráticos da última década terem investido muito nestas áreas. O Brasil é um país rico tanto nos aspectos econômicos quanto em sua grandeza, mas no campo da educação e da instrução ainda está longe de alcançar os índices de excelência ou dos países em desenvolvimento.

A realidade do analfabetismo se estende nas Cidades do Brasil com muita força e visibilidade, colocando os sujeitos em situações precárias de vida e desfavorável economicamente. O número de analfabetos no mundo passa dos 758 Milhões, só no Brasil temos mais de 13 Milhões de pessoas que não sabem ler e nem escrever um bilhete simples de acordo com o IBGE.

Os indicadores apontam uma redução nesses números em alguns estados do Brasil, e o crescimento em outros Estados são expressivos e reais, programas como o Brasil alfabetizado foi um grande aliado por todo o Brasil, para conter os números do analfabetismo.

Nesse estudo, evidencia-se o perfil das pessoas analfabetas em Palmas como sendo aquele majoritariamente composto por mulheres jovens, negras, e com filhos. Mostra, ainda, que a situação de vida das pessoas analfabetas é repleta de desafios cotidianos, que impõe limitações à vida de homens e mulheres, sobretudo das pessoas negras e pobres. São limitações ligadas ao trabalho fixo e bem remunerado, às condições de moradia, acesso às políticas sociais e garantia de direitos básicos.

Os problemas sociais ocasionados pela falta de políticas públicas tem afeto milhares de jovens, adultos e idosos, nos vários campos da sociedade a exemplo a falta de amplitude das políticas públicas sociais, saúde, alimentação, moradia, emprego e renda, atingindo diretamente milhares de vidas humanas em várias dimensões. Na cidade de Palmas, as políticas públicas para o combate ao analfabetismo não têm sido suficientes para amenizar o analfabetismo e a situação da pobreza, colocando assim os sujeitos em situação de vida desfavorável em relação aos outros grupos sociais.

## 6. Referencial

AF, Notícias. Homens brancos e moradores de Palmas ganham os maiores salários no Tocantins, revela IBGE. Palmas, 2019. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/estado/homens-brancos-e-moradores-de-palmas-ganham-os-maiores-salarios-no-tocantins-revela-ibge>

AGENCIA, IBGE Notícias. Síntese de indicadores Sociais: **abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>

AIZZA, Leila Eliane. **O programa Bolsa Família: um estudo sobre a Desigualdade de renda e a pobreza no Estado do Tocantins** (2004-2013). Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/142/1/Leila%20Eliane%20Aizza%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod\\_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf)

ATLAS, **Do desenvolvimento Humano no Brasil.** Palmas – TO, 2010. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/palmas\\_to](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/palmas_to)

BAVIER, Ramiro **apud** LIMA, Josélia Crônicas do ABC. **Secretaria da Comunicação Tocantins** Governo do Estado, 2004. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/cronicas-do-abc-3269/>

BRASIL. INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Brasília: MEC/INEP, Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/Mapa%20do%20analfabetismo%20no%20Brasil.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Analfabetismo no país cai de 11, 5% para 8, 7% nos últimos 8 anos.** Brasília: Ministério da Educação, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>

CANELLAS, Ana Maria. IBGE: Brasil tem 11,8 Milhões de Analfabetos, 22 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://fnttaa.org.br/website/mais/noticias/1515-ibge-brasil-tem-11-8-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>

CAVALCANTE, Laura. **Qualificação profissional ainda é maior exigência do mercado de trabalho,** SECOM- TO, 2009. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/qualificacao-profissional-ainda-e-maior-exigencia-do-mercado-de-trabalho-24918/>

DUARTE, Natalia de Souza. **Política Social:** um estudo sobre a educação e pobreza, Brasília, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/maria/Downloads/2012\\_NataliadeSouzaDuarte%20tese%20para%20meu%20texto%20des%20pobreza.pdf](file:///C:/Users/maria/Downloads/2012_NataliadeSouzaDuarte%20tese%20para%20meu%20texto%20des%20pobreza.pdf)

EL PAÍS, Brasil. **Extrema Pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis, São Paulo,** 06 de nov de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315\\_913111.html#:~:text=De%202014%20para%20c%C3%A1%204,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\).](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html#:~:text=De%202014%20para%20c%C3%A1%204,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).)

FERREIRA, Frederico Poley Martins e KRAN, Faída. **Qualidade de vida na cidade de Palmas-TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Ambiente & Sociologia** – vol. IX n°. 2 jul./ dez.2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática Educativas.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

G 1 TOCATINS, TV Anhanguera. **Tocantins tem mais de 100 Mil pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza, 2019.** Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/11/11/tocantins-tem-mais-de-100-mil-pessoas-vivendo-abaixo-da-linha-de-extrema-pobreza.ghtml>

G1 TOCANTINS, TV Anhanguera. **Após anos de espera, 40 famílias carentes devem receber casas populares em Palmas, 2020.** Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/01/25/apos-anos-de-espera-40-familias-carentes-devem-receber-casas-populares-em-palmas.ghtml>

GATTI, Bernadete A, SILVA, Rose Tereza Roserley Neubauer, ESPÓSITO, Yara Lúcia. **Alfabetização e Educação Básica no Brasil. Cad.Pes.,** São Paulo(75):7-14, novembro 1990.

GONÇALVES, Alfredo José. Desenvolvimento Rural, **migração interna: evolução e desafios**, Estu. av. vol. 15 no. 43 São Paulo Sept./ 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300014](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014)

IBGE, Agência de Notícias Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>

IBGE, Censo demográfico de 1991. Analfabetismo no Tocantins. Situações Demográfica, Social e econômica: **primeiras considerações.** Estado do Tocantins, 1980-1991, 2010. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25076\\_to.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25076_to.pdf)

IBGE: Brasil em Síntese. **Taxa de analfabetismo** das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil2007-2015. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>

IBGE: Brasil tocantins Palmas. **Censo Indicadores Sociais Municipais, 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/pesquisa/23/25124>

MDS, Desenvolvimento Social e Combate à fome no Brasil. **Balances e desafios, Brasília-2010.** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/24.pdf>

MEC. Reconhece Palmas como Município livre do analfabetismo. Conexão Tocantins 12 anos, 2014. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2014/08/12/mec-reconhece-palmas-como-municipio-livre-do-analfabetismo#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20censo,era%20de%2017%2C41%25.>

MINISTÉRIO, da Educação BRASIL. MEC **analfabetismo nos municípios.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>

NAOE, Aline. Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas. **ComCiên.cia** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, LABJOR/SBPC, 2012. Disponível em: [https://www.ecodebate.com.br/2012/02/17/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas/ Acesso em 20 maio 2020.](https://www.ecodebate.com.br/2012/02/17/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas/)

NAOÉ, Aline. Laboratório de Demografia e estudos Populacionais. **Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas.** **ComCiência**, UFJF, 2012. Disponível em <https://www.ufjf.br/ladem/2012/02/24/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas>

NOAÉ, Aline. **O fim do analfabetismo.** - revista eletrônica de jornalismo científico, LBJOR ISPPC, publicado pelo Eco debate em 17/02/ 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/02/17/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas/>

O COLETIVO, A notícia de ponta a ponta. **Ambulantes sofrem com fiscalização; dona Maria Beach foi construída na Graciosa sem documentação nenhuma**, 2019. Disponível em: <https://www.ocoletivo.com.br/noticia-50023-ambulantes-sofrem-com-fiscaliza-o-mas-dona-maria-beach-foi-constru-do-na-graciosa-sem-documenta-o-ne>

OLIVEIRA, Nilton Marques de e GAMA, Pedro Rocelly Oliveira. **Caracterização do programa Bolsa Família na Cidade de Palmas-TO**, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/7444-36853-2-PB.pdf>

PAULO, Freire. **Educação como prática da Liberdade.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967.

PEREIRA, Camila Potyara. **A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro.** Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22561/3/ARTIGO\\_PobrezaCausasInterpretacoes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22561/3/ARTIGO_PobrezaCausasInterpretacoes.pdf)

PRESIDÊNCIA Da República. **Casa civil subchefia para assuntos jurídicos.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

PROJETO, Mulheres Mil: Cidadania pela arte, **diagnostico socioeconômico do Bairro Santa Barbara**, 2006 – 2008. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/d-santa-barbara.pdf>

RELATÓRIO, Luz. Grupo de trabalho da Sociedade Civil para a **agenda 2030 do desenvolvimento sustentável**, 2019. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2019/>

ROZA, Edileide S. **Analfabetismo e estigmatização: a face do preconceito nas redes sociais.** **Entreletras**, Araguaína/TO, v. 9, n. 2, jul./set. 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares do. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** **Revista crítica de ciências Sociais**, 2015 in Revisão de Bourdieu, Pierre (2012), *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 672 pp. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6169>

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR ON-line. Campinas. n.38.p.49-59.jun.2010-issn:1676-2584.

TO PALMAS, Diagnóstico Intersetorial Municipal. **Desenvolvimento das ações estratégicas programa de erradicação do trabalho infantil – PETI**, 2010. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/PETI/Diagnostico\\_Brasil/958\\_Priorit%C3%A1rios/TO-pri/1721000\\_TO\\_Palmas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/PETI/Diagnostico_Brasil/958_Priorit%C3%A1rios/TO-pri/1721000_TO_Palmas.pdf)

UNESCO, Nações Unidas Brasil. **758 milhões de adultos não sabe ler nem escrever frases simples, 2017.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-758-milhoes-de-adultos-nao-sabem-ler-nem-escrever-frases-simples/>